

ATA DA XXXIII REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA NO DIA 14 de outubro de 2009.

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de Dois Mil e Nove, realizou-se a Trigesima terceira reunião do CEDRAF, nas dependências do Instituto EMATER. Estiveram presentes 21 conselheiros: MARIA APARECIDA GEFER, ADRIANO G. PEREIRA, NESTOR BRAGAGNOLO, GILSON FARIAS, ROSANA DE MELO CORREA, NILSON HANKE CAMARGO, DANIEL CORDEIRO VIEIRA, ANIBAL RODRIGUES, ANDREIA CLAUDINO, ADEMIR DALLAZEN, RENI ANTONIO DENARDI, EUGENIO M. BITTENCOURT, JOSÉ CARLOS HILMMAN, MARCIO MIRANDA, SABRINA PARRINO, OSMAR SCHULTZ, ENIO NETH DE GOSS, EDMIR FERREIRA, CARLOS EDUARDO SEOANE, JOÃO C.S. TORRENS, RENI ANTONIO DENARDI, e HERLON GOELZER DE ALMEIDA. Também assinaram a ata CARLOS SALVADOR Secretário Executivo da Câmara Setorial de Agricultura Orgânica e Agroecologia e EDNEI B. NASCIMENTO. O Senhor Ednei Bueno do Nascimento presidiu a reunião, dando início aos trabalhos começando pela leitura da pauta que continha os seguintes assuntos: **1) – APROVAÇÃO DA ATA. 2) – A ATUAÇÃO DO SEBRAE PR NO SETOR AGROPECUÁRIO PARA O ANO DE 2010 – Andréia Claudino SEBRAE Pr, 3) – PROJETOS TERRITORIAIS NO PARANÁ; FATORES POTENCIALIZADORES/FATORES LIMITANTES – João Torrens DESER, 4) – INFORMES DA PRIMEIRA ETAPA, 4) intervalo de almoço. 5) – REUNIÃO DE TRABALHO: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CONSE/PR, SEED, SETP/DESAN, CAE, EMATER CEDRAF E OUTROS PARCEIROS; 6) – INFORMES E ENCERRAMENTO.** Após a apresentação da pauta esclareceu aos presentes que iria presidir a reunião representando o Presidente do CEDRAF no período da manhã e como a reunião se estenderá para o período da tarde, o Sr. Herlon Goelzer de Almeida. **1- Aprovação da Ata** - colocou 32ª ATA para aprovação, onde foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes.

2- A Atuação do Sebrae Paraná no Setor Agropecuário para o ano de 2010 - Dando prosseguimento, a representante do SEBRAE, Andréia Claudino deu início a apresentação. Informou que o SEBRAE está presente em todo Brasil, e no Paraná são cinco regionais localizadas em Cascavel, Maringá, Londrina, Pato Branco e Curitiba, falou sobre a missão e os objetivos. Em seguida passou a apresentar os Setores estratégicos dos Agronegócios no Paraná para 2010 a 2012, onde o objetivo é desenvolver as agroindústrias (geléias e doces processados, açúcar mascavo, cachaça de alambique, embutidos artesanais de suínos, panificados artesanais, pequenas panificadoras, frigoríficos de pequeno porte, derivados e leite, vinho) e alguns produtos Âncoras (os escolhidos são na área de ovinocaprino, hortifrutigranjeiros, café, mel), o público alvo são os Empresários, Agricultores Familiares e Empreendedores Individuais. O foco é a agregação de valor aos produtos e processos, a amplificação da comercialização e a gestão e monitoramento da evolução da competitividade empresarial. Os Setores e Projetos que estão planejados para o ano de 2010 a 2012 são sete. 1) Na cadeia de hortifrutigranjeiros de Curitiba e RMC atenderá 100 agroindústrias e 227 produtores; 2) – Cafés especiais do Norte Pioneiro que irá atender 300 produtores; 3) – PAIS- Produção Agroecológica Integrada e Sustentável são 25 produtores; 4) – Mel do município de Ortigueira 1 agroindústria e 45 produtores; 5) – Desenvolvimento das Agroindústrias do Noroeste do Paraná previsto para 300 agroindústrias; 6) – Distrito Agroalimentar do Oeste do Paraná são 245 agroindústrias e 173 produtores, e, 7) – Programadas 200 agroindústrias na Região do Sudoeste. Como resultados intermediários têm-se proposto para 2010 um aumento de 5% do índice de competitividade das agroindústrias

participantes do programa com base no Prosperar Agroindústria, aumentando também em 5% no valor dos produtos âncoras, no ano de 2011 a proposta é aumentar 10% e 15% em 2012. E como resultados finalísticos o proposto é atender através de capacitação, auditoria, consultorias, manual de qualidade a 85 agroindústrias com boas práticas de fabricação, ter 82 produtores atendidos com soluções para melhoria da qualidade dos produtos Âncoras e 162 empreendimentos participantes do Programa atendidos com soluções de mercado, isso até dezembro de 2010. Em 2011 127 agroindústrias, 116 produtores e 242 empreendimentos, e em 2012 170 agroindústrias, 154 produtores e 323 empreendimentos. A idéia é prospectar mercado para quem qualidade. As estratégias de atuação serão a Competitividade no Agronegócio - onde vai ser trabalhado a questão de rótulo, designer de embalagem e marca de produto, para atender as exigências de mercado, na qualidade do produto e na certificação. O cronograma para soluções nas agroindústrias são: em 2010 – Básico no Programa Alimentos Seguros; em 2011 – Intermediário que irá trabalhar a viabilidade do Produto e em 2012 – Avançado que trabalhará na Prospecção de mercado. E para os Produtos Âncoras: 2010 no Básico será voltado para a Qualidade Rural Total, 2011 – Intermediário trabalhará na Produção integrada e em 2012 – Avançado é o Programa Educampo. Com relação a básico, intermediário e avançado quer dizer, que no primeiro o grupo está em formação, no intermediário em amadurecimento e avançado são grupos maduros. O SEBRAE traz como proposta para encaminhamentos: 1- Apresentação e discussão das soluções propostas para 2010 para entidades que atuam diretamente com o público alvo. Objetivo esperado é formatar e adaptar as soluções de acordo com as necessidades locais; evitar sobreposição de atividades, catalisar e otimizar as atividades trabalhando em parceria.

2 – Formar um grupo de discussão de assuntos relevantes para a agroindústria. Com base nestas necessidades o SEBRAE poderá elaborar materiais informativos e palestras. Repassar uma lista aos participantes do CEDRAF que se interessarem em participar deste processo. Finalizada a apresentação foi aberto para a plenária, onde houve questionamentos: 1) Prefeito Eugenio, iniciou sua fala dizendo que na apresentação não estavam contemplados os Territórios da Cidadania, que foi respondido pela Andréia que a metodologia seria adaptada para os Territórios. 2) – Sr. Dallazzen da UNICAFES destacou a parceria com o Sudoeste, onde o Sebrae fez uma discussão no Território, mas que é preciso aprofundar mais esta questão de Agronegócio e Agricultura Familiar, e também tem a questão financeira, a parceria sem dinheiro não acontece. Andréia respondeu que a união faz com que haja evolução, o Sebrae entende a necessidade de integração, e explicou que o PAS indústria não funciona para a agricultura familiar, precisa de união com o SENA e SENAC para fazer uma adaptação para a agricultura familiar, nos aspectos que podem ser coletivos, quanto a infraestrutura e exigências legais, são coisas que não se pode burlar, todo mundo vai ter que adaptar, por isso tem que se trabalhar de forma equalizada, adaptar a questão de infraestrutura para alimento seguro, e esse é o grande desafio. Quanto aos recursos eles são disponíveis para um resultado qualitativo, não será trabalhado assistencialismo. 3) O José Leitão do MDA fez alusão ao produto ancora mel no município de Ortigueira onde perguntou se é específico ao Município. Informou que em Telêmaco Borba tem uma unidade de beneficiamento de mel e foi constituída uma cooperativa regional onde seria importante a parceria SEBRAE, MDA, TERRITÓRIOS, para ampliação desta Cooperativa. A Andréia disse que em Ortigueira eles precisam de uma unidade de beneficiamento, pois lá não tem. A princípio seriam 45 produtores do Município, quanto a Telêmaco Borba já ouviu falar mas

não tinha conhecimento do funcionamento, poderia aproximar e fazer uma reunião específica e trabalhar junto como proposto. 4) Odair Conselheiro da Cantuquiriguaçu – colocou que agricultores familiares não discutem custeio de produção, ATER; como o SEBRAE se coloca nesta questão de multidisciplinariedade com seus consultores para atendimento da Agricultura Familiar. Ao que foi respondido que esse é o gargalo que precisa ser mais discutido com certeza. No Sudoeste existe um Projeto Piloto de como irá trabalhar, e voltou a ressaltar que não é competência do SEBRAE fazer ATER, e sim discutir estratégias e gestão. A idéia é trabalhar de forma integrada. O Agronegocio para o SEBRAE é novo, então a proposta é de se trabalhar integração, onde cada parceiro trabalhe na sua competência, e o resultado final será bom para todo mundo. O SEBRAE trabalha competitividade e comercialização, a EMATER trabalha ATER, SENAR trabalha capacitação. Isto é uma tendência mundial. 5) João do DESER coloca que o problema não está nas competências, a questão central está ligada na matriz com diferenças de entendimentos quanto a Agricultura Familiar, está na dificuldade do SEBRAE compreender a especificidade da Agricultura Familiar. As diferenças de concepções entre os lados, faz-se necessários as adaptações. Andréia agradeceu a colocação, ressaltou que o SEBRAE tem seu portofolio pronto, mas tem ciência dessa necessidade de adaptar em conjunto para que fique mais próximo do ideal. O SEBRAE através desta apresentação coloca que está disponível para formar um grupo de discussão para que não fique totalmente empresarial, agradeceu a oportunidade e se colocou a disposição através do site www.sebraepr.com.br. O Sr. Edinei fez a seguinte consideração final, que numa próxima reunião fosse mais discutida as questões do Turismo Rural e Agronegócio, uma vez que esses são Programas do Sebrae Nacional, e no Paraná já se trabalha estes dois temas, com parceria do SEBRAE, mas necessita-se um aprofundamento maior nesta discussão, uma vez que o Paraná é a segunda maior cadeia produtiva de leite, mas não vê por aí a divulgação dos produtos derivados do leite, como o queijo, doce de leite e outros derivados, existe uma necessidade de se sentar junto aos atores sociais e parceiros e discutir todas estas questões. E encerrou o tema.

3- Projetos Territoriais no Paraná – Fatores Potencializadores e Fatores Limitantes -

Em seguida o Sr. João Torrens representante do DESER disse que solicitou este espaço para apresentar o Projeto de pesquisa sobre Fatores Potencializadores e Limitantes dos Projetos Territoriais do Paraná iniciado em 2006, aprovado pelo CEDRAF com recursos de Custeio do PRONAT, informou que não foi liberada a 3ª parcela do pagamento, mas por uma decisão interna o DESER concluiu o trabalho da mesma forma. Solicitou a intervenção da SEAB junto ao MDA para a liberação desta parcela. Então passou para apresentação, citou que este trabalho teve o apoio da CESAP- Centro de Elaboraões, Assessoria e Desenvolvimento de Projetos, onde o objetivo é fazer uma avaliação dos fatores que elevam e restringem os Projetos, contribuindo para a melhoria da execução do PRONAT, identificando avanços, limites e desafios para implementação do Programa, contribuindo para aperfeiçoar as dinâmicas de funcionamento das articulações territoriais, apresentando recomendações que melhorem a eficiência na execução do Programa. Explicou que foi solicitado aos colegiados que indicassem dois projetos por território, onde encontramos dificuldades em encontrar projetos que permitissem uma avaliação mínima dos resultados devido que não estavam totalmente executados; e outra devido a impossibilidade de se avaliar um projeto de forma isolada como o caso das CFRs (Casa Familiar Rural). Em seguida falou sobre a metodologia que é analisar os projetos no contexto da dinâmica sócio-econômica e político-institucional no qual se insere. Os

resultados alcançados pelos projetos territoriais foram relacionados quanto: - **à dinâmica dos colegiados territoriais** e, - **na capacidade propositiva e inovadora dos projetos**. Em seguida destacou os pontos importantes sobre os Fatores Limitantes apontados neste trabalho foram: -1) OS COLEGIADOS TERRITORIAIS; -2) PROJETOS TERRITORIAIS; e, 3) MARCO LEGAL E EXIGÊNCIAS BUROCRÁTICAS. Quanto aos **COLEGIADOS TERRITORIAIS** foram levantados duas questões: a) - a fragilidade da composição, organização, estruturação e intervenção social; e, b) – formas de funcionamento e gestão interna dos colegiados territoriais. Quanto à fragilidade da composição foram destacadas: 1- a composição instituição - concentração das formas de representação em poucos municípios e participação reduzida das prefeituras municipais, 2 - falta de condições de infra-estrutura logística, 3 -oscilação do envolvimento dos diferentes atores; 3 -capacidade de articulação e intervenção política do colegiado e dos atores; 4- compreensão limitada e imprecisa do significado da abordagem territorial de desenvolvimento; e 5 - não houve uma mudança no método de trabalho que orienta as visões e práticas dos atores sociais. Quanto a forma de funcionamento e gestão interna foram apontados: 1 - ausência de mecanismos e instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação dos impactos dos projetos; 2- debilidade de formulação de propostas estruturantes que incidam na dinâmica regional; 3 - dificuldade de se garantir uma efetiva integração interinstitucional; e, 4 – a prática da partilha de projetos. Quanto aos **PROJETOS TERRITORIAIS** temos como fatores limitantes: - falta de um diagnóstico consistente da realidade territorial, bem como de tendências e cenários; - a falta de um plano de desenvolvimento fundado em diretrizes e ações estratégicas; - o distanciamento entre as linhas do PDTRS e os projetos imediatos; - falta de integração das iniciativas territoriais e de encaminhamento de projetos a outras fontes de financiamentos; e por fim a predominância de iniciativas de fomento às atividades primárias e à aquisição de equipamentos de infra-estrutura. E quanto ao **MARCO LEGAL E EXIGÊNCIAS BUROCRÁTICAS** foram destacados: - a restrição de acesso dos recursos aos órgãos governamentais (pendências e inadimplências) e, - procedimentos burocráticos (lentidão dos processos licitatórios, postura dos gerentes e técnicos da CEF, a forma de trabalho e aquisição de equipamentos, que não compreendem a especificidade da agricultura familiar). Como **FATORES POTENCIALIZADORES** que são as leituras inversas dos limites menos da experiência foram destacados: 1- Grau de articulação política e interinstitucional em torno das ações; 2 – existência de mecanismos e instrumentos participativos de gestão social; 3 – capacidade de se formular estratégias e projetos inovadores, criativos e integradores; 4 – consolidação de processos organizativos fundados na representatividade e legitimidade dos interesses sociais; 5 – capacidade de articular ações estratégicas e políticas públicas; e, 6 – participação de universidades, centros de pesquisa ou equipe de assessoria. Esses fatores são elementos que percebemos nas entrevistas são que determinam o êxito no trabalho. A configuração de espaços de participação social na gestão dos projetos territoriais aponta para caminhos em construção. Foram apontados alguns avanços importantes entre eles: a constituição de colegiados – espaços plurais de formas de organização e interesses; a busca de uma concepção de trabalho integradora e articuladora das ações; e, o exercício do diálogo e da negociação política. Foram também apontados os seguintes **DESAFIOS**: 1- ampliar e consolidar os processos organizativos e as formas de representação dos atores sociais; 2 – inovar as concepções e práticas sociais, de acordo com a visão contemporânea de ruralidade e abordagem territorial do desenvolvimento; 3 – ampliar o leque de alianças e

parcerias, integrando outros setores da sociedade interessados e comprometidos com o desenvolvimento das áreas rurais. E por fim foi apresentado **RECOMENDAÇÕES** quanto aos: - Procedimentos Institucionais e Burocráticos que é: aumentar a capacidade operacional da CEF, desburocratizar, simplificar e padronizar os procedimentos da CEF e agilizar a liberação dos recursos financeiros e das vistorias (em cada Território é de uma forma). - Dos Colegiados Territoriais foram levantados os itens: 1- criação de uma estrutura de apoio material e assessoria; 2- definição do papel dos articuladores territoriais; 3- definição de regras de funcionamento e gestão; 4- consolidação dos processos de organização e representação dos interesses sociais, 5- criação de mecanismos de aproximação com as universidades e SETI; 6- garantia de condições adequadas de funcionamento e operacionalização das instituições governamentais em particular as prefeituras a Emater; 7- consolidação das parcerias entre os diversos atores sociais (integrantes ou não do colegiado); 8- fortalecimento dos conselhos municipais, de forma que seja voltado para o desenvolvimento como um todo; 9- qualificação da atuação dos membros do colegiado através de cursos, seminários, intercâmbios, etc.; e, 10- mapeamento dos equipamentos coletivos de infra-estrutura existentes no Território. Quanto aos Projetos Territoriais são abordados alguns aspectos a saber: 1- Qualificação dos PTDRS (Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural) e definição de ações estratégicas, nem sempre os Projetos aprovados dizem respeito as Diretrizes dos Planos Territoriais; 2- Incorporação das ações territoriais do PTDRS no planejamento institucional de cada instituição governamental e organização social; 3- Articulação dos projetos territoriais às ações estratégicas do PTDRS; 4- Integração interinstitucional das ações, nem todas as ações tem continuidade nos projetos e também não tem integração; e, 5- Superação da fragmentação e pulverização dos projetos. Citou o exercício da forma de trabalho do Norte Pioneiro enquanto Território da Cidadania onde foram criados Conselhos Municipais de Desenvolvimento, não só rural, mas do município com um todo, que é um bom exemplo a seguir. Finalizando a apresentação destacou que este é um resumo do estudo feito a partir de dez casos específicos, o trabalho está disponível para o CEDRAF, que poderá disponibilizar a todos que tiverem interesse. Espera-se que a partir deste trabalho sirva para reflexão e debate de ações, bem como também subsidiar as nossas ações aqui no CEDRAF e nos Colegiados dos Territórios. Agradeceu a oportunidade. Após a apresentação foram feitas algumas manifestações por parte do Sr. Osmar Schutz da Emater, onde citou que conhece este diagnóstico e tem duas considerações: a primeira se não tiver uma ação efetiva pelo CEDRAF de nada adiantou este trabalho, e a segunda é uma sugestão que este diagnóstico não seja exclusivo do Paraná que seja divulgado a nível Nacional, uma vez que existe o Conselho Permanente de Desenvolvimento Territorial do CEDRAF, que terá uma reunião nos dias 29 e 30 de outubro onde poderá ser levado para conhecimento daquele grupo, para que de uma forma conjunta com o Paraná se possa minimizar as questões aqui levantadas. O Sr. Dallazen da UNICAFES, fez as seguintes colocações: Quanto a questão do Conselho precisa de orientação mais clara quanto ao seu papel, pois no interior há muito descompasso, precisamos analisar e repensar o Conselho, pois quem está coordenando mostra a característica de sua organização. Temos que ter uma orientação quanto aos Conselhos em sua formação, mas não padronizar. Tem que ser discutido cada vez mais este papel, isso é muito importante apesar de se ter poucos participantes hoje, pois quando a pauta tem aprovação de projetos enche-se a casa, para a partilha, infelizmente temos que mudar a nossa cultura e participar da discussão de temas importantes nesta

plenária, como este, e a questão de Segurança Alimentar. Em seguida o Prefeito Eugênio parabenizou pelo trabalho do diagnóstico apresentado, que é extremamente interessante se fazer esse levantamento para avaliar melhor as questões, e citou que no CONDETEC têm muitos pontos positivos, que já vem sendo feitas reuniões no Território e discutidos todas estas questões. O Sr. João do DESER fez a seguinte colocação: que o papel do pesquisador foi trazer as informações sobre os Projetos para debate e avaliação, apesar de não se ter nada de diferente. Que infelizmente são poucos estudos de avaliação de Projetos Territoriais feito, há necessidade de que estudos como este sejam melhor apresentados. Nesta apresentação foi feito um resumo de todo trabalho, mas há projetos muito elogiados e projetos extremamente críticos. Temos também os desafios, e os conflitos dos Conselhos para se trabalhar, que é um compromisso da sociedade. O que importa é que hoje temos um estudo no Paraná, o que não existe a nível Nacional. E que este estudo vai balizar a outros estados. A Cida representante dos Territórios parabenizou a apresentação e disse que se não fosse este Programa do PRONAT não saberia como estariam as Casas Familiares Rurais. Encerrando-se assim este tema.

INFORMES do período da manhã:

1- Luiz Fernando Secretario Executivo do CEDRAF informou que na reunião passada foi falado sobre a padronização dos Conselhos, ficou estabelecido que promoveríamos a Conferência Estadual, e para isso então ficou decidido que os Municípios que não possuem o Conselho deverão fazer as Pré conferências, os que já possuem o Conselho farão então as Conferências Municipais, depois as Conferências Territoriais, para finalmente fazermos no mês de Julho de 2010 a Conferência Estadual dos Conselhos, em seguida falou que todos receberam em suas pastas o modelo de Cadastro dos Conselhos, informou que todos podem enviar sugestões e explicou que este cadastro é um resumo ou um espelho dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento. Em seguida apresentou o representante da EMBRAPA que era o suplente e agora está assumindo como titular, e também apresentou o representante dos Quilombolas.

2- Informou também que no último dia 24 de Setembro foi finalmente instalada a CÂMARA SETORIAL DE AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLOGIA, chamou o Sr. Salvador para fazer um breve resumo sobre este Tema, o mesmo relatou que o ficou eleito o Sr. JAIR MAURO PELEGRIN JÚNIOR Gerente da Câmara e como animador e Secretário Executivo eu CARLOS ALBERTO SALVADOR. Falou sobre como foi a instalação desta Câmara e sobre os gargalos existentes como por exemplo a falta de recursos, também falou que as reuniões serão descentralizadas e rotativas, falou sobre a pauta da reunião sobre o Congresso de Agroecologia que irá acontecer em novembro/09, e sobre o projeto de agroecologia apresentado pelo Território Sudoeste, onde ficou para ser discutido numa próxima reunião da Câmara, e por fim se colocou a disposição de todos.

3- Abner articulador da STD – Falou sobre o Salão Nacional de Territórios Rurais que irá acontecer em 25 de março de 2010, onde serão apresentados as boas práticas territoriais, já foi encaminhado um E-mail a todos os Territórios falando sobre este Salão Nacional e solicitando o cadastramento das boas práticas, que é muito importante serem divulgadas. O Sr. Leitão do STD fez um aparte falando que pelo Paraná deveriam ser inscritas duas experiências importantíssimas: a 1ª é a Construção da Matriz de Ações para os Territórios da Cidadania, onde foram envolvidas diversas Secretarias e a 2ª seria o Programa do Centro Expandido que tem a área de abrangência nos territórios da cidadania e demais, o Centro expandido irá atuar a partir da criação dos Territórios rurais

e nos Territórios da Cidadania. Informou que foi encaminhado um documento da SDT Nacional falando sobre os projetos parados, e foi solicitado a todos os colegiados dos territórios que façam um levantamento de seus projetos verificando a situação de cada um, pois foi orientado que não serão mais repassados recursos no ano de 2009 e 2010 para os territórios que tiverem projetos irregulares, ou que não estejam executados acima de 75%. Esses levantamentos são importantes para que de uma forma conjunta possamos elaborar estratégias como consultorias especializadas para recuperação destes projetos.

4- O Sr. José Leitão fez um relato resumido sobre a realização da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária que aconteceu de 07 a 12 de outubro, foram 150 inscrições no Brasil das quais 52 eram do Paraná, com a participação da agricultura industrial, assentamentos, mulheres agricultoras empreendedoras, indígenas, empreendimentos coletivos. Os participantes das áreas de artesanatos e alimentos tiveram 92% dos seus produtos vendidos. Tiveram bons resultados nas rodadas de negócios, e nas contratações enfim a Feira deste ano superou em muito a do ano passado, superando as expectativas, oportunizando muitos bons negócios nesta área, terminou parabenizando o trabalho em parceria da SEAB e da EMATER com a Agricultura Familiar, e a EMATER pela ótima organização da Feira.

5- O Sr. Luiz Fernando comunicou que a próxima reunião será no dia 09 de dezembro e que já estão dois assuntos para a pauta que são a homologação do Território Vale do Ivaí e a questão do Censo agropecuário, onde pretendemos convidar o IBGE, SEPLAN e IPARDES para a apresentação e debate.

6- O Sr. João do DESER lembrou sobre a importância da Lei da Alimentação Escolar, onde o Sr. José Leitão informou que no site do MDA existe um campo onde o agricultor pode cadastrar até 12 produtos disponível para a alimentação escolar, onde terá as informações por região e município dos produtos ofertados. Encerrando-se assim a primeira parte da reunião. Feito intervalo do almoço.

5- Reunião de Trabalho: Alimentação Escolar – CONSEA; SEED; SETP-DESAN; CAE; EMATER; CEDRAF E OUTROS PARCEIROS - Dando continuidade o Secretário Executivo Luiz Fernando informou que a idéia para o período da tarde é de se fazer uma reunião de trabalho para discutir as estratégias da aplicação da Lei da Alimentação Escolar, também sugeriu que fosse composta a mesa, e os membros decidiriam a condução dos trabalhos, em seguida foram chamados para fazerem parte da mesa, o Diretor Geral da SEAB e representante do Secretário Valter Bianchini, o Sr. Herlon Goelzer que irá presidir a mesa, a representante do CONSEA Silvia Rigon, a representante da SEED Merenda Escolar Sra. Márcia, a representante da Secretaria do Trabalho Sra. Thelma Maranhão Gomes, o representante dos Conselhos de Alimentação Escolares Sr. Jorge, o representante do Governo Federal Sr. Reni Denardi e o representante do Instituto Emater sr. Odílio. Em seguida o Sr. Herlon fez a abertura citando que este tema já havia sido debatido na reunião passada do CEDRAF, e que ficou então decidido naquela reunião por chamar um grupo de trabalho onde fosse discutido as estratégias para a aplicação da Lei de Alimentação Escolar, que envolve diretamente a agricultura familiar, ressaltou também que esta medida tomada pelo Governo Federal, foi a maior, pois propicia um enorme avanço na Agricultura Familiar, e diante disso precisa-se de um enorme desempenho para a execução desta Lei, por isso é muito importante essa união entre os parceiros para a execução; citou também a importância da participação da SEED que desde o início esteve disposta ao diálogo, ao debate e a

contribuir para a execução desta Lei, colocou que realmente não é fácil, pois os produtos são in natura, é uma mudança muito grande da forma de compra que se fazia onde havia toda uma logística, e agora necessita ser repensado, e quem trabalha na retaguarda deste setor sabe que não é fácil, não pode-se deixar somente nas mãos da Secretaria da Educação, é importante a união de todos, como também o apoio aos Prefeitos que irão aderir na execução da Lei. Por isso a importância da união de todos os envolvidos na execução desta Lei. Agradeceu a participação da representante da SEED sra Márcia e passou a palavra para a mesma. A representante da SEED iniciou informando sobre o Encontro do PAA onde acabou sendo discutido também a Lei de aquisição da alimentação escolar, onde se pensou em usar a mesma metodologia do PAA para a compra de alimentos, e, na plenária surgiu a idéia de reunir o CEDRAF, o CONSEA e o CAE para fazer um debate em relação a esta temática. Em seguida o representante do Conselho de Alimentação Escolar registrou que fica muito feliz com a parceria que está se formando entre as Secretárias e Entidades nesta questão de alimentação escolar, porque o papel do Conselho é fiscalizar e cobrar, mas tem que se saber o que cobrar e como cobrar, por isso é importante estar inteirado de todas as etapas deste processo, ressaltou que o Paraná é um dos Estado que está saindo na frente quanto à execução desta Lei, tem ciência de ir haver alguns problemas para a execução, mas sabe que com diálogo tudo pode se acertar, que tem como expectativa de num futuro próximo a Agricultura Familiar estar atendendo em 100% o abastecimento da merenda escolar no Paraná com produtos de qualidade, e com isso todo mundo sai ganhando. A sr Márcia retomou a palavra e iniciou a sua apresentação dizendo que irá mostrar um pouco do olhar da Secretaria da Educação em relação a Alimentação Escolar e Agricultura Familiar, e falar um pouco das dificuldades. Citou que são 399 municípios, com 2700 estabelecimentos e 1.200.000 alunos atendidos na rede Estadual de Ensino, e têm-se ainda os alunos da rede municipal que é quase o mesmo número de alunos da rede estadual. Hoje a Educação recebe em 10 parcelas do governo federal através do FNDE que repasse tanto para o Estado como para o Município, onde é feito as licitações e as chamadas públicas tanto Estadual quanto Municipal. Hoje o repasse por aluno do ensino médio, fundamental e pré-escola Estadual é R\$ 0,22 e para as Escolas Quilombolas e Indígenas o repasse é R\$ 0,44 por aluno, para o Município é repassado para o ensino fundamental R\$ 0,22 por aluno, para as pré-escolas, entidades filantrópicas, quilombolas e indígenas o valor repassado por aluno é R\$ 0,44. Como funciona o programa atual: vem recurso do FNDE para a SEED onde é feita através dos trâmites legais a aquisição de gêneros não perecíveis, onde para este ano já está todo comprado, temos os Recursos do Governo Estadual, que é repassado para as Escolas Estaduais para a aquisição dos perecíveis para o programa escola cidadã é desta forma que está funcionando hoje, com a entrada da nova Legislação, foi pensado numa proposta desta forma: A manutenção do Registro de Preço associado à chamada pública para a aquisição de perecíveis e não perecíveis da Agricultura Familiar inclusive o leite pasteurizado, hoje temos como projeto piloto o Leite do Paraná que atende 192 escolas e a idéia é usar a mesma estrutura deste projeto. Pensou-se nas etapas de compra e venda da agricultura familiar da seguinte forma: primeiro a elaboração dos cardápios, em seguida a chamada pública (chamadas públicas regionalizadas, e por organizações, devido ao número elevado de Notas fiscais se for individual), preços de referência, projeto de venda, recebimento do projeto de venda, seleção dos projetos de venda, assinatura dos contratos e entrega dos produtos. Com a implantação desta Lei vai ser aplicado na Agricultura Familiar em torno de R\$ 32

milhões de reais, que são os 30% previstos na lei. Foram levantados alguns desafios para implantação destas aquisições: 1 – Levantamento sobre produção municipal esse já está sendo resolvido; 2 – Complexidade – edital de chamada pública; 3 – entrega escola a escola; 4 - lembrando que 20% de escolas são rurais; 5 – Falta de infra estrutura nas escolas (freezer, geladeira e nesse caso principalmente a balança); 6 – Atendimentos nos municípios de grande porte (que irão ter que recorrer as cidades mais próximas) 7 – Recursos Humanos (hoje o número de merendeiras na rede estadual é 1,6 por escola, o que acontece hoje a maioria dos produtos já vem semi pronto, ao passo que nesse novo sistema, virá para ser preparado, como por exemplo descascar e lavar saladas e legumes, sobrecarregando o pouco número de merendeiras existentes, pois temos escolas com 900 alunos); 8- Pequena oferta de frutas, principalmente no litoral; 9 – Documentação exigida – aqui a idéia é que tenha um representante da Emater para ajudar na conferência da documentação, também um representante da vigilância sanitária no local; 10 – Controle dos R\$ 9.000,00/DAP/ano – aqui trata-se que cada agricultor familiar não poderá receber mais que este valor por ano, então necessita-se de um controle. O Sr. Herlon da SEAB citou que terá que ser implantado um sistema eletrônico junto da CELEPAR para fazer este controle. 11 – Controle de qualidade esse também é um gargalo muito sério, teremos que se inteirar, pois a falta de qualidade poderá acarretar uma série de problemas para a escola e os alunos. 12 – Prestação de contas – que será muito complexa devido ao grande número de documentos que irá gerar. A sra Márcia termina a sua apresentação dizendo que gostaria que todas as escolas tivessem um bom refeitório, servido alimentos de qualidade a todos os alunos, o nosso objetivo é criança bem alimentada e com desempenho melhor. O Herlon colocou como proposta que quem tiver dúvidas que fosse anotando e o Sr. Odílio da Emater apresente a sua fala, e no final fosse para a plenária. O Sr. Odílio em sua apresentação iniciou distribuindo material aos participantes dizendo qual o papel da EMATER na alimentação escolar, e citou também que a colega falou sobre as escolas estaduais, que as escolas municipais tem o mesmo contingente de alunos e o papel da entidade Emater é articulador assim como todas as entidades filiadas ao SIBRATER. Falou sobre o papel da Emater que é a organização na produção, na organização do produtor, na assistência técnica da produção, enfim toda a ligação da produção até a comercialização inserindo aqueles agricultores mais necessitados. Falou também que a EMATER já vem trabalhando na articulação com os Prefeitos, Secretárias de Educação, Agricultura municipais orientando sobre essa nova legislação. Citou que já tem duas Prefeituras fazendo a primeira chamada pública para aquisição de alimentos neste novo contexto. Na articulação com os Prefeitos têm-se conversado sobre a oportunidade que os Municípios terão em seu desenvolvimento que é o fortalecimento da economia local, com os agricultores familiares rurais também são levantadas oportunidades de melhorar as suas economias, informou que já existem alguns municípios no Paraná que aplicam 100% da merenda escolar oriunda da agricultura familiar, e tudo isso gera riqueza para o próprio município. Em seguida falou sobre a Lei, que todo mundo presente já tem conhecimento. Falou que os agricultores têm que estar atentos se organizar e garantir a entrega de alimentos, quanto à quantidade e qualidade, para não perder esta oportunidade. Citou que a Emater possui um cadastro de todas as organizações existentes, que quando houver as chamadas públicas irá avisar a todas as organizações para poderem participar. Apresentou também uma lista 16 produtos que são utilizados na merenda escolar onde 10 podem ser adquiridos dos agricultores, falou sobre a sazonalidade dos produtos e que

podem ser substituídos. Em seguida falou sobre as atribuições da EMATER em relação ao Programa que é divulgar e socializar o Programa junto aos agricultores, suas organizações, entidades sócio assistenciais e outras de interesse; assessorar a articulação do Grupo de produtores com o ente público contratante na relação de compra e venda; assessorar a elaboração de projetos de venda de alimentos; capacitar e prestar Assistência Técnica aos agricultores e suas organizações participantes; assessorar na organização da logística do programa; apoiar e assessorar as organizações dos agricultores na organização da produção e acesso ao programa; assessorar na seleção dos beneficiários; Apoiar a estruturação de redes de organizações para a comercialização de alimentos, para atender as demandas; assessorar as organizações dos agricultores na agregação de valor, ofertando produtos minimamente processados e embalados, criando facilidades na operação da alimentação escolar; participar dos Conselhos e Comitê Gestor do Programa, quando convidados. Falou sobre os grandes municípios que terá que ter uma logística bem organizada para atender as escolas, o que não acontece com os Municípios menores pela facilidade de deslocamento. A Emater fez alguns materiais que está sendo distribuídos a todos interessados para conhecimento do Programa. Encerrando assim a sua apresentação. Em seguida foi passado para a Thelma do CONSEA fazer algumas considerações quanto ao tema, ela iniciou falando sobre o Encontro Estadual do PAA, onde reuniu a CONAB, CONSEA, COMEC e outras entidades, e lá foi discutido a necessidade de reunir as demais entidades envolvidas que aqui estão presentes para uma discussão mais aprofundada do Programa, assim como a integração do Programa de Aquisição de Alimentos que tem tudo a ver com o Programa de Alimentação Escolar, fez um breve relato sobre a criação deste Programa, falou também sobre o Programa Nacional de Segurança Alimentar que tem a ver com esse Programa também. Também fez um breve relato sobre o Programa de Segurança Alimentar da sua importância para a sociedade e sobre a importância de se organizar para a execução destes Programas, pois as demandas estão aparecendo. Por isso é importante fazer grupos de trabalhos reunindo todos os parceiros e avançar nestas discussões. A CONAB vai poder ajudar por já trabalhar no PAA. Citou que Educação está abrindo o diálogo e isto é fundamental, mas temos que chamar a saúde e outras secretarias a fim e trabalhar junto as políticas públicas. Em seguida o Sr. Reni Denardi alertou que este Programa Alimentação Escolar tem um desafio grande e tem enorme potencial para agricultura familiar, mas tem que ter como ação que já vem acontecendo que a negociação intersetorial, começando pelos agricultores numa ponta até a Secretaria da Educação do Estado e no meio tem uma série de atores que também contribuirão, e é muito importante. As barreiras têm que ser rompidas que são as caixinhas e o corporativismo. Outra observação feita foi que o Programa de Alimentação Escolar tem como objetivo de melhorar a alimentação escolar tendo mais qualidade nos alimentos oferecidos aos alunos, fazendo com que os alunos aprendam a educação alimentar, e não atender os agricultores familiares, isso é importante lembrar, porque muitos organizações de agricultores não estão vendo desta forma. Vai ter as chamadas públicas e vai ter concorrência, então quem quiser participar terá que se organizar com a documentação. E o nosso papel é ajudar a Educação e os Municípios que querem participar; e também procurar os demais municípios que não tem interesse e trazê-los para o Programa, independente de suas razões. Também entendo que são três barreiras que existem na prática: a fiscal, logística e sanitária que precisam ser rompidas. Também vejo que temos que simplificar um pouco para tentarmos ajudar aqueles que tem

interesse de participar. Na minha opinião não adianta querer colocar muitos produtos, mas sim centrar em poucos, naqueles de maior produção e seguros em sanidade para facilitar, e em produtos que contribuam com alimentação saudável. Finalizando informou sobre o site do MDA que existe para ajudar na organização deste programa, e com informações importantes para quem quer participar do programa. E também citou quanto as questões das DARFs, que saíram os novos limites pelo Governo Federal, cada agricultor poderá participar até R\$ 21.500,00 em todas as modalidades PAA, Alimentação Escolar, mas quanto ao controle, hoje não tem sistema disponível institucionalizado que possa controlar, mas cada Estado deverá desenvolver seu controle. Em seguida o Sr. HERLON tomou a palavra e disse que estava muito satisfeito com o rumo que está tomando a discussão do Programa, onde todos tem dado excelentes contribuições e o fato das aquisições não serem centralizadas e sim regionalizadas como informou a Secretária da Educação já é um grande avanço aos interesses da Agricultura Familiar. E fez duas observações: 1ª que existe uma expectativa muito grande quanto ao pagamento dos produtos por parte dos agricultores, mas a verdade é que não há recursos abundantes, o orçamento é o mesmo então os preços serão os de mercado, e que no final vai ficar bem pago. 2ª questão, reforçando que o Reni colocou, essa Lei não foi feita para Agricultura Familiar sim para melhorar a qualidade da alimentação escolar, e com isso criando um mercado cativo para a Agricultura Familiar que é um avanço imenso. Outro ponto: vamos estar numa fase de transição para a aplicação, neste primeiro ano, ate todo mundo se adequar vai um tempo, mas é importante assegurarmos a participação dos 30%, e ao longo do tempo ir fazendo as adequações e correções necessárias. Quanto à questão do Edital de Chamamento o caminho a ser trilhado é mais ou menos o igual o do Programa Leite da criança e Leite Paraná , onde é feito é um credenciamento, o agricultor ou suas organizações irão se credenciar cumprindo os rigores dos requisitos ali determinados no edital, por isso é importante quem está aqui repassar aos agricultores para que estejam preparados para tal, quando sai o Edital o prazo dado é de 30 dias para iniciar o primeiro fornecimento, já para o credenciamento não tem prazo, mas sim para o Edital, quem já estiver credenciado participa do edital e faz um contrato de fornecimento, vale ressaltar aqui que um contrato é feito para ser todo cumprido e não parte dele, quem não cumpre e está sujeito aos rigores da lei. A vantagem aqui são os 30% garantidos que são da Agricultura Familiar, mas a partir daí, passa a ser um jogo comercial igual a qualquer outro com os mesmos rigores da Lei. Outra questão importante é quanto a logística, pois os agricultores deverão se adequar as demandas da escola, ao cardápio das nutricionistas, para a entrega dos produtos, e ai entram os outros atores que é o PRONAT, pois se para fazer a entrega ele precisa de um caminhão, vai ter que ser financiado um, ou terá que procurar as instituições financeiras para tal, pois para participar deste Programa exige um grau de profissionalismo de todos nós, eles terão que se ajustar a um jogo de mercado, mas que será cativo e eterno, depois de alinhado ficara muito bom. Citou algumas experiências que já estão funcionando onde todo mundo está ganhando. Em seguida foi aberta para plenária o Sr. Dallazen Presidente da UNICAFES, em sua fala resalta que este Programa da Alimentação Escolar e o PAA está sendo um aprendizado muito grande, pois está mostrando a importância da articulação e a discussão entre todos os atores envolvidos, e a importância da diversificação nas propriedades rurais, pois o agricultor que ficar somente com uma cultura está fadado ao fracasso, falou também que a UNICAFES está se adequando a esse novo momento e já contratou alguns profissionais na área de alimentação para ajudar a orientar seus

cooperados. Destacou também sobre o projeto de ATER aonde então sendo contratos 55 técnicos para atender a 55 municípios aonde irão atender a no mínimo 30 agricultores familiares para se adequar a este Programa essa é a meta. Sugeriu que O Sr. Odílio poderia informar melhor a questão das DAPS. Informou também sobre a parceria com FETRAF para contratação de mais técnicos para dar suporte. A preocupação da UNICAFES é qualidade de alimentação oferecida para merenda escolar, No dia 04 terá os cursos de capacitação para esses novos técnicos. A UNICAFES fez a sua apresentação para os demais tomarem conhecimento o que eles estão repassando a todos os cooperados, onde está sendo mostrado a valorização que a agricultura familiar tem em relação a este Programa, e ressaltando os padrões técnicos de qualidade e periodicidade da entrega dos produtos, também a questão dos contratos a importância do cumprimento dos mesmos. O Sr. João do DESER falou da importância de fazer um laboratório de metodologia de inter setor, uma vez que envolve diversos atores, fica aqui como sugestão a se pensar. A Cida representante dos Territórios pediu a palavra para trazer a preocupação dos agricultores da área de orgânicos, que não viram nesta Lei dando importância a Agroecologia, e preços diferenciados para seus produtos, solicitaram trazer para o CEDRAF e pedir ajuda da equipe para esta temática e fazer um debate com os agro ecologistas, pois gostariam de estar ajudando no sucesso do programa. A Márcia explicou que realmente na Lei não existe específico nada de agroecologia, mas que todos poderão participar, mas quanto a preço isso não poderá acontecer, pois não existe diferenciação de preços de produtos orgânicos para não orgânicos. O Sr. Deni esclareceu que todo apoio para agricultura familiar existe. Não é por aqui por este programa que irá se resolver a questão da agroecologia, este programa é uma oportunidade da diversificação da agricultura, mas acha importante a Cida trazer essas questões para debate. A sra Márcia passou a presidir a mesa, pois o Sr. Herlon necessitou se ausentar da mesa. O Sr. José Leitão do MDA voltou a falar sobre o site do MDA, onde esclareceu não ser obrigatório o cadastro, mas este site serve como uma vitrine de tudo que está acontecendo neste Programa, em seguida apresentou como funciona o site desde o cadastramento, as informações sobre a Lei, sobre os Municípios, as escolas e também sobre a agricultura familiar, e solicitou que se leve essas informações para as organizações para que acessem o site, informou que é possível cadastrar até 12 produtos disponíveis pelo agricultor., informou também que o MDA lançou uma cartilha na feira do Agric. Familiar na semana sobre alimentação escolar e no site também de forma eletrônica. A Márcia retomou a palavra e falou sobre a proposta do João que achou muito interessante e abriu para plenária para perguntas e comentários, sugeriu que fosse feito em bloco todos os comentários e perguntas e depois fosse feitas as respostas, e todos concordaram. 1) -Solicitado esclarecimento quanto a participação das Prefeituras neste processo dentro desta chamada de compra, e como a EMATER está trabalhando junto aos agricultores, organizações e associações, pois acima de 100 mil reais só poderá participar organizações e associações, como está a organização da EMATER em todo estado. 2) É importante que as associações dos pais e professores se inteirem de tudo que está acontecendo, da importância deste programa para as escolas, para o município e o fortalecimento da agricultura familiar. 3) -A UNICAFES colocou que muitas associações estão passando para Cooperativas, solicitou às entidades desta área como a EMATER que repassem as informações das associações que estão passando para Cooperativas, que a UNICAFES tem estrutura para poder auxiliar na parte jurídica destes processos. 4) - Estela Região de Curitiba fez comentário como contribuição aonde

chamou a atenção sobre a responsabilidade das entidades que emitem as DAPs principalmente quanto ao enquadramento na emissão das DAPS, que se tenha um peso maior nessa emissão contribuição neste sentido. Como não houve mais nenhuma manifestação, então se passou aos esclarecimentos das perguntas. O Sr. Odílio da EMATER esclareceu quanto a questão da participação das Prefeituras, foi informado que a mesma recebe parte dos recursos do PNAE e também elas colocam outros recursos, infraestrutura de escola, cozinha etc, como também recebem ajuda do Estado e por isso tem responsabilidade de executar este Programa, pois recebem os recursos para isso. Quanto ao trabalho que a Emater vem fazendo junto das organizações, associações e Prefeituras, é de articulação para que elas conheçam a legislação detalhadamente e como irão incluir essa nova modalidade que é participação da agricultura familiar neste programa alimentação escolar, está se fazendo Fóruns municipais de debates e esclarecimentos, em todo o Estado. Junto às organizações a EMATER tem um convenio com MDA onde executa um programa de fortalecimento entre as organizações onde dá treinamento, de organização, do quadro social, gestão de negócios, também possui um cadastro de todas as organizações existentes no Estado, voltando a questão da alimentação escolar, tem se incentivado os agricultores a processarem os alimentos para a entrega nas escolas, onde facilite o trabalho das merendeiras, como por exemplo, entregar o repolho e a cenoura picados prontos para consumo. O Sr. Jorge do CAE quanto a participação dos pais, tem que se participar, mas nesse primeiro momento está sendo discutindo quanto as questões técnicas do programa, mas é importante a participação de toda a sociedade neste processo. Prefeito Eugenio de Nova Laranjeiras informou que no ultimo dia 30 tiveram uma reunião onde foi tratado esta questão, esclareceu que alguns municípios já vem utilizando o compra direta para a merenda escolar da agricultura familiar, colocou que estão se preparando para essa nova modalidade, informou que vão fazer uma nova reunião com todos os municípios do Território Cantuquiriguaçu, com a EMATER e o SEBRAE aonde a idéia é a formação de um consórcio dos municípios para a criação de uma cooperativa para poder comercializar seus produtos e participar deste processo, como também organizar outros setores, também voltados a negócios. Em seguida foi proposto que na próxima reunião do CEDRAF volte a discutir este assunto pois muitas reuniões ainda irão acontecer e teremos mais informações e nesta reunião poderemos avaliar melhor. Sem mais eu Luiz Fernando Pacheco da Costa, redigi a presente ata que deverá passar pela análise, correção e aprovação dos Conselheiros.

VALTER BIANCHINI

Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar-
CEDRAF

LUIZ FERNANDO PACHECO DA COSTA

Secretário Executivo do CEDRAF.